

XXIII SIMPÓSIO BRASILEIRO DE RECURSOS HIDRÍCOS

INDICADORES PARA ESTRUTURA DE AGÊNCIAS DE ÁGUA¹

Deise Cristiane Maier², Guilherme Fernandes Marques³ & Maria Eduarda Ribeiro⁴

RESUMO – As Agências de Água, previstas na Lei Federal nº 9.433/1997, exercem a função de secretaria executiva dos Comitês de Bacia Hidrográfica e fortalecem os instrumentos de gestão de recursos hídricos. O presente trabalho tem por objetivo apresentar e discutir indicadores para a estrutura de entidades delegatárias das funções de Agências de Águas das bacias hidrográficas interestaduais brasileiras com as quais as entidades possuem contrato de gestão. Segundo os resultados, a média de funcionários das entidades pesquisadas é de 5,64 para cada milhão de pessoas; 2,13 para cada milhão de R\$ em repasse; 0,69 para cada mil km² de área de abrangência; 1,92 funcionários a cada dezena de municípios atendidos e 5,12 funcionários para cada Comitê de Bacia Hidrográfica atendido. Os indicadores pesquisados servirão de base para o estudo sobre as demandas, estrutura mínima e custos da gestão, elementos importantes para o dimensionamento de agências e entidades futuras frente à capacidade de arrecadação das bacias e fontes de financiamento disponíveis. Tal dimensionamento é o primeiro passo para a sustentabilidade financeira da gestão dos recursos hídricos no Brasil.

ABSTRACT – The Water Agencies, provided for in Federal Law No. 9.433/1997, serve as executive secretariat of the Watershed Committees and they strengthen the management tools of water resources. The present work has the objective of presenting and discussing indicators for the structure of delegate entities of the functions of Water Agencies of the Brazilian interstates watersheds with which the entities have a management contract. According to the results, the average number of employees of the entities surveyed is 5,64 per million people; 2,13 for each million R\$ on transfer; 0,69 for each thousand km² of coverage area; 1,92 employees for every ten municipalities served and 5,12 employees for each River Basin Committee served. The researched indicators will serve as a basis for the study on the demands, minimum structure and costs of management, important elements for the sizing of agencies and future entities in relation to the collection capacity of the basins and available financing sources. Such sizing is the first step towards the financial sustainability of water resources management in Brazil.

Palavras-Chave – Agência de Águas; Indicadores.

¹ Artigo desenvolvido a partir da proposta de dissertação intitulada "Sustentabilidade financeira para gestão: requerimentos e custos de uma estrutura de apoio executivo a Comitês de Bacia Hidrográfica", que se encontra em desenvolvimento no Programa de Mestrado Profissional em Rede Nacional em Gestão e Regulação dos Recursos Hídricos - ProfÁgua, projeto CAPES/ANA AUXPE nº 2717/2015.

² Mestranda no Programa Mestrado Profissional de Gestão e Regulação em Recursos Hídricos, IPH/UFRGS, Av. Bento Gonçalves, Porto Alegre- RS - Brasil, dcmaier@hotmail.com

³ Professor associado, IPH/UFRGS, Av. Bento Gonçalves, Porto Alegre- RS -Brasil, guilherme.marques@ufrgs.br

⁴ Graduanda em Engenharia Ambiental pela Universidade de Caxias do Sul, Rua Francisco Getúlio Vargas, 1130. Caxias do Sul – RS – Brasil, mersouza@ucs.br

1 INTRODUÇÃO

As Agências de Água, previstas na Lei Federal nº. 9.433/97 (BRASIL, 1997), têm papel importante para a efetividade da gestão de recursos hídricos. Ao cumprirem função de secretaria executiva a Comitês de Bacia Hidrográfica (CBH) com apoio técnico e operacional, contribuem para fortalecer e consolidar os instrumentos de gestão.

Segundo Graziereira (2007), à Agência é necessária uma estrutura administrativa compatível, a qual depende da aplicação de recursos financeiros na proporção das necessidades impostas pelas atribuições legais. Exemplos de estudos com dimensionamento desta estrutura e custos incluem a FGV (2003) que apresenta análise da sustentabilidade técnica e econômica de Agências de Bacias e ANA- INTERÁGUAS (2018), onde é aplicada metodologia para estimar o custeio administrativo de entidades delegatárias de funções de Agência de Água.

O funcionamento das Agências tem como limitação a destinação de recursos financeiros para o custeio do sistema (ANA, 2014). De acordo com o art. 22 da Lei nº 9.433/1997, 7,5% dos recursos financeiros efetivamente arrecadados com a Cobrança podem ser utilizados na implantação e no custeio administrativo dos órgãos e entidades do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos.

Portanto, para que seja avaliada a necessidade e os custos por uma determinada estrutura de gestão, especialmente no que se refere à estrutura de uma entidade delegatária, é importante considerar características tanto da área de atuação quanto dos exemplos e experiências que já existem no Brasil. Essa experiência tem um marco na Lei 10.881/2004 (BRASIL, 2004), na qual é estabelecida a possibilidade de contratos de gestão celebrados entre a Agência Nacional de Águas ANA e entidades sem fins lucrativos enquadradas no art. 47 da Lei nº 9.433/1997 (requisitos para criação de uma Agência de Águas). Essas entidades equiparadas à Agências de Água são também chamadas de entidades delegatárias. Para tanto, as referidas entidades precisam também receber delegação do Conselho Nacional de Recursos Hídricos - CNRH para exercer funções de competência de uma Agência de Água. Alguns estados seguiram o mesmo caminho, editando as Leis Estaduais (Rio de Janeiro em 2010 e Minas Gerais em 2019). Outros estados não permitiram tal possibilidade, a exemplo do Rio Grande do Sul, restando a Agência de Água como o único formato legal para a função de secretaria executivas dos comitês. O presente artigo traz uma contribuição para a configuração dessas secretarias executivas, (seja na forma de Entidade Delegatária ou de Agência de Água), ao apresentar alguns indicadores a partir de exemplos de entidades delegatárias. Esses resultados preliminares fazem parte de um trabalho de pesquisa em andamento e serão úteis no estudo de soluções para a sustentabilidade financeira da gestão dos recursos hídricos.

Cabe destacar que existem vários elementos que colaboram para complexidade da Gestão de Recursos Hídricos, os quais não são facilmente capturados por indicadores numéricos. Finalmente, não é objetivo deste trabalho avaliar as entidades pesquisadas, mas sim mostrar os indicadores observados em estruturas vigentes e experiências de bacias hidrográficas interestaduais que realizam a cobrança pelo uso de recursos hídricos.

2 MATERIAIS E MÉTODOS

2.1 Caracterização da Área de Estudo

As entidades delegatárias alvos deste estudo são: Agência da Bacia do Rio Paraíba do Sul (AGEVAP), Agência Peixe Vivo, Agência das Bacias dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá (PCJ) e Instituto BioAtlântica (IBio AGB Doce). Na tabela 1 são apresentadas as bacias hidrográficas interestaduais, respectivos Comitês e os números dos Contratos de Gestão (CG) das entidades delegatárias com a ANA para prestar apoio ao Comitê de Bacia Hidrográfica.

Tabela 1 - Relação das Bacias Hidrográficas e suas Entidades Delegatárias. Fonte: ANA (2019).

Bacia Hidrográfica	Comitê de Bacia Hidrográfica	Entidade Delegatária ou de Apoio	Instrumento de Parceria	Início da Cobrança
Paraíba do Sul	Comitê de Integração da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul – CEIVAP	AGEVAP	CG n.º 014/2004	2003
São Francisco	Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco - CBH São Francisco	Agência Peixe Vivo	CG n.º 014/2010	2006
PCJ	Comitê das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá - Comitês PCJ	Fundação Agência PCJ	CG n.º 003/2011	2010
Doce	Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Doce - CBH Doce	IBio AGB Boce	CG n.º 072/2011	2011

2.2 Metodologia

Esta pesquisa descritiva e estatística teve como base levantamento bibliográfico realizado através dos Planos de Bacias Hidrográficas, prestações de contas e relatórios de gestão das entidades, de acordo com parâmetros da metodologia da FGV (2003). A figura 1 apresenta as etapas do estudo.



Figura 1: Fluxograma das Etapas Desenvolvidas nos Resultados e Discussões. Fonte: os autores.

Quanto à composição do custeio das entidades delegatárias, ANA- INTERÁGUAS (2018) apresenta a segregação em despesas com pessoal (salários, encargos sociais e benefícios), serviços de terceiros, infraestrutura e utilidade, tecnologia da informação, publicidade e propaganda, despesas de viagens, veículos e despesas gerais. No presente trabalho, o escopo inclui apenas informação de custo anual com salários da equipe que compõe parte do custeio administrativo da estrutura de gestão.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

3.1 Informações das Entidades Delegatárias

Agência da Bacia do Rio Paraíba do Sul: tem a personalidade jurídica de uma associação de direito privado, com fins não econômicos, cujos associados compõe sua Assembleia Geral. Criada em 20 de junho de 2002, a associação mantém Contratos de Gestão com a ANA, para atendimento ao CEIVAP; com o Instituto Estadual do Ambiente do Rio de Janeiro (INEA) para o CBH Médio Paraíba do Sul, Comitê Piabanha, CBH Rio Dois Rios e CBH Baixo Paraíba do Sul e Itabapoana, Comitê Guandu, Comitê da Baía de Ilha Grande e Baía de Guanabara e com o Instituto Mineiro de Gestão das Águas (IGAM), para atendimento aos Comitês de Bacias dos Afluentes Mineiros dos rios Preto e Paraibuna (CBH Preto Paraibuna) e dos rios Pomba e Muriaé (COMPÉ).

A AGEVAP tem por finalidade dar apoio técnico, administrativo e operacional à gestão dos recursos hídricos na sua área de atuação, promovendo o planejamento, a execução e o acompanhamento de ações, programas e projetos de acordo com os planos de recursos hídricos. Desenvolve as funções definidas no Art. 44 da Lei nº 9433/97, principalmente no que se refere à elaboração do Plano de Recursos Hídricos e à execução das ações deliberadas pelo comitê. Sua equipe é composta por 59 funcionários, como apresentado na tabela 2, conforme o Portal da Transparência, AGEVAP (2019).

Tabela 2: Relação de cargos, quantidade de funcionários e custo de pessoal anual da AGEVAP.

Cargo	Quantidade	Custo de pessoal (R\$/ano)
Analista Administrativo	5	303.398,40
Assessor de Planejamento Estratégico	1	147.024,00
Coordenador de Núcleo	5	373.824,00
Diretora Administrativo-Financeira	1	147.024,00
Diretora dos Contratos de Gestão	2	294.048,00
Diretor-Presidente	1	238.593,60
Especialista Administrativo Financeiro Interino	1	74.764,80
Especialista Administrativo	15	748.747,80
Especialista Administrativo (Comunicação)	4	199.666,08
Especialista Administrativo Financeiro	1	74.764,80
Especialista em Recursos Hídricos	17	1.119.421,44
Gerente Administrativo Financeiro	2	192.050,40
Gerente de Projetos	1	96.025,20
Gerente de Recursos Hídricos	3	288.075,60
Total (R\$/ano)	59	4.297.428,12

Agência Peixe Vivo: é uma associação civil, pessoa jurídica de direito privado, criada em 2006, está legalmente habilitada a exercer as funções de Agência de Bacia para dois Comitês estaduais mineiros, CBH Velhas e CBH Pará, além do Comitê Federal da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco, CBHSF e CBH do Rio Verde Grande.

A Agência tem por finalidade prestar o apoio técnico-operativo à gestão dos recursos hídricos mediante o aporte de conhecimento técnico/administrativo, sistêmico necessário ao planejamento, à execução e ao acompanhamento de ações, programas, projetos, pesquisas e quaisquer outros procedimentos aprovados, deliberados e determinados, pelos comitês. Destacando as atribuições de manter atualizados os dados sócio-ambientais da bacia hidrográfica em especial as informações relacionadas à disponibilidade dos recursos hídricos de sua área de atuação e o cadastro de usos e de usuários de recursos hídricos e auxiliar a implementação dos instrumentos de gestão de recursos hídricos na sua área de atuação, conforme AGÊNCIA PEIXE VIVO (2019). São apresentadas na tabela 3 a equipe e o custo de pessoal anual com a equipe.

Tabela 3: Relação de cargos, quantidade de funcionários e custo de pessoal anual da AGB Peixe Vivo.

Cargo	Quantidade	Custo de pessoal (R\$/ano)
Assessor Técnico I	1	76.676,64
Analista Ambiental Júnior	5	190.816,80
Assessor Técnico I	3	230.029,92
Assessor Técnico II	1	86.451,00
Assessor Técnico III	3	320.078,16
Assistente Administrativo Pleno	2	72.715,92
Auxiliar Administrativo Júnior	2	35.927,04
Diretora de Administração e Finanças	1	220.138,80
Diretora Geral	1	238.810,80
Total (R\$/ano)	19	1.471.645,08

Agência das Bacias dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá: fundação de direito privado, sem fins lucrativos, com estrutura administrativa e financeira própria. Atende os Comitês PCJ que representam três CBHs: o CBH-PCJ, comitê paulista das bacias hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá; CBH-PJ, comitê mineiro da bacia hidrográfica dos Rios Piracicaba e Jaguari e PCJ Federal.

A Agência PCJ tem por finalidade proporcionar o apoio financeiro aos planos, programas, serviços e obras aprovadas pelos Comitês PCJ, a serem executados nas Bacias PCJ; promover a capacitação de recursos humanos para o planejamento e gerenciamento de recursos hídricos; apoiar e incentivar a educação ambiental e o desenvolvimento de tecnologias que possibilitem o uso racional dos recursos hídricos; incentivara articulação dos participantes dos Sistemas Nacional e Estaduais de Gerenciamento de Recursos Hídricos com os demais sistemas setoriais; e praticar, no campo dos

recursos hídricos, ações que lhe sejam delegadas ou atribuídas pelos detentores do domínio de águas públicas.

A Fundação Agência das Bacias PCJ fechou o ano de 2018 com 47 colaboradores, entre funcionários, terceiros e estagiários. A quantidade de funcionários é apresentada na Tabela 4, conforme AGÊNCIA DAS BACIAS PCJ (2019). Lembrando que o custo anual com equipe apresentado não inclui os encargos trabalhistas.

Tabela 4: Relação de cargos, quantidade de funcionários e custo de pessoal anual da Agência PCJ.

Cargo	Quantidade	Custo de pessoal (R\$/ano)
Diretor Presidente	1	179.958,72
Diretor Técnico	1	139.965,84
Diretor Administrativo e Financeiro	1	139.965,84
Coordenador Administrativo	1	78.076,32
Coordenador Financeiro	1	78.076,32
Coordenador de Apoio ao Sistema de Gestão de Recursos Hídricos	1	78.076,32
Coordenador de Sistemas de Informações	1	78.076,32
Coordenador de Projetos	1	78.076,32
Coordenador de Gestão	1	78.076,32
Assessor de Comunicação	1	59.033,16
Analista Técnico	3	216.290,88
Analista Administrativo	4	166.083,84
Analista de Informática	1	72.096,96
Auxiliar Técnico	3	85.692,96
Auxiliar Administrativo	3	85.692,96
Total (R\$/ano)	24	1.613.239,08

Instituto BioAtlântica: é uma associação civil sem fins lucrativos, classificada como pessoa jurídica de direito privado, composto por pessoas jurídicas e físicas. Fundado em 19 de fevereiro de 2002. Tem CG para atender os CBH Doce (ANA), CBH do Rio Piranga (MG), CBH do Rio Piracicaba (MG), CBH do Rio Santo Antônio (MG), CBH do Rio Suaçuí (MG), CBH do Rio Caratinga (MG), CBH Águas do Rio Manhuaçu (MG), CBH do Rio Guandu (ES), CBH do Rio Santa Maria do Doce, CBH do Rio Santa Joana (ES), CBH Pontões e Lagoas do Rio Doce (ES) e CBH Barra Seca e Foz do Rio Doce (ES).

As atividades citadas no estatuto do IBio AGB Doce são contribuir para a conservação e recuperação ambiental; contribuir para o desenvolvimento equilibrado dos aspectos ambiental, social, cultural e econômico de territórios; promover pesquisas sobre recuperação e conservação ambiental, gestão integrada de territórios e geração e gestão de ativos territoriais; promover a disseminação de conhecimento técnico-científico; promover articulação entre diferentes setores da sociedade e exercer as atribuições a serem previamente determinadas pelos órgãos gestores para a bacia hidrográfica do Rio Doce. Destaca-se a função: administração e aplicação dos recursos arrecadados com a cobrança pelo uso da água na bacia, os quais devem ser usados integralmente para melhoria da qualidade e do volume da água da bacia.

Conforme Relatório de Gestão 2018 em IBIO (2019), quanto ao quadro funcional, em 2017 havia 22 (vinte e dois) colaboradores, devido à incerteza de repasses para os próximos anos culminou em 2018 com a desmobilização de 08 (oito) funcionários. Atualmente o IBio conta com uma equipe de 14 profissionais, a entidade está readequando suas atividades à nova realidade para realizar novas contratações a partir de 2019. Então para formação do indicador deste trabalho adotaremos a equipe de 22 funcionários.

3.2 Características das Bacias Hidrográficas e Entidades Delegatárias

A viabilidade financeira das Agências de Água é assegurada pela cobrança do uso dos recursos hídricos em sua área de atuação (BRASIL, 1997). Desta forma, como compilação de informações da área de atuação, na tabela 5 são apresentadas as características das Bacias Hidrográficas. As variáveis apresentadas em FGV (2003) foram atualizadas de acordo com CBH Doce (2019), CBH SÃO FRANCISCO (2016), CEIVAP (2019) e COMITÊS PCJ (2019). Dentre às características das entidades delegatárias temos os dados de repasse, aqui apresentados tendo como ano base 2018. Esse valor é o recurso repassado pela ANA, somados aos rendimentos financeiros. As informações foram obtidas dos Relatórios de Gestão de cada entidade e disponibilizadas em ANA (2019).

Tabela 5: Características das bacias hidrográficas e das entidades.

	Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul	Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco	Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá	Bacia Hidrográfica do Rio Doce
Municípios¹	184	505	76	228
Área de abrangência¹	62.074Km ²	639.219 Km ²	15.320 Km ²	86.854 Km ²
População¹	5,5 milhões	14,3 milhões	5,7 milhões	3,5 milhões
	AGEVAP	Agência Peixe Vivo	Agência PCJ	IBIO AGB Doce
Total de funcionários	59	19	24	22
Nº de CBHs atendidos²	10	4	3	12
Repasso (ANA) em R\$³	12.576.570	23.978.494	20.379.918	11.680.770

¹Dados disponibilizados pelo CBH correspondente à bacia hidrográfica.

²Inclui CBH atendido mediante CG com a ANA (bacias interestaduais) e CBHs de demais contratos.

³Informação de recurso repassado somente pela ANA, não inclui repasses de outros convênios.

3.3 Indicadores

Indicadores são abstrações simplificadas do mundo real e independente de sua complexidade ou simplicidade ajudam a avaliação de políticas e tomada de decisões (FEKETE e STAKHIV, 2014). A Figura 2 apresenta os indicadores observados nas entidades equiparadas à Agências de Água (entidades delegatárias) em relação às variáveis evidenciadas neste artigo.

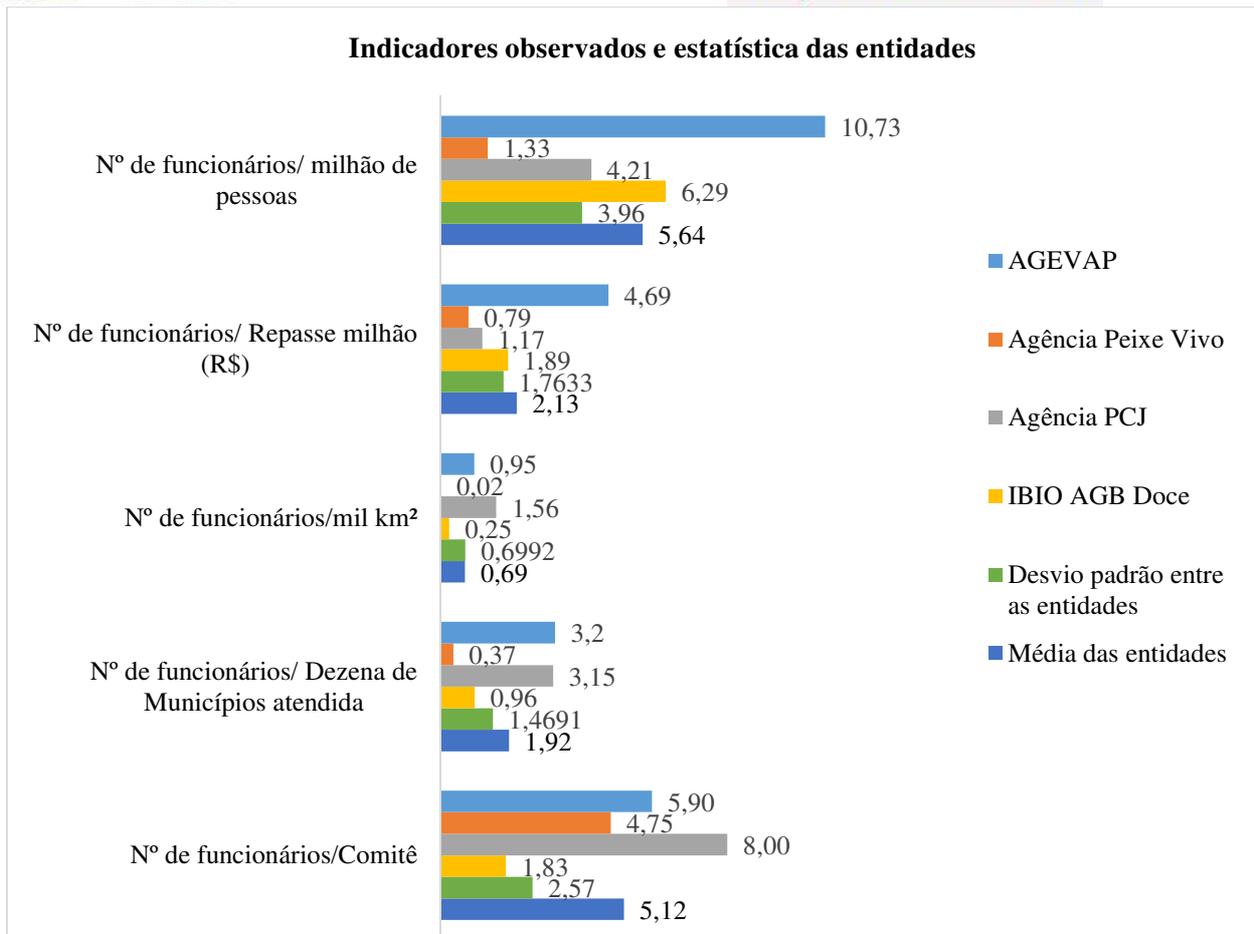


Figura 2: Gráfico de indicadores observados e medidas estatísticas entre as entidades. Fonte: os autores.

Foram obtidos os resultados (média entre as agências pesquisadas): 5,64 funcionários para cada milhão de pessoas da bacia hidrográfica; 2,13 funcionários para cada milhão em repasse (cobrança federal apenas); 0,69 funcionários para cada mil km² de área de abrangência da bacia hidrográfica; 1,92 funcionários a cada dezena de municípios atendidos e 5,12 funcionários para cada Comitê de Bacia Hidrográfica. Cabe ressaltar que estes indicadores foram calculados em função dos números verificados, não foram avaliadas diferenças entre cargos e atribuições, rateio do custeio administrativo, terceirizações e nem projetos demandados, como realizado por ANA- INTERÁGUAS (2018). Para estimar os custos da gestão deve ser levado em consideração as demais composições do custeio administrativo não contempladas neste estudo.

Os resultados demonstraram que existe variabilidade na quantidade de funcionários entre as agências e também variação deste número em relação às características analisadas. A entidade AGEVAP apresentou maior variação entre os parâmetros, tendo maior número de funcionários por população e por valores recebidos em relação às demais entidades. Entretanto não foi correlacionado com o número de projetos realizados na entidade.

Destarte, a variabilidade dos indicadores corrobora com Fekete e Stakhiv (2014), que as incertezas em estimativas dos Recursos Hídricos dificultam a aplicação de indicadores. Já o indicador

que apresentou maior desvio padrão foi número de funcionários para cada milhão de habitantes da bacia hidrográfica.

4 CONCLUSÕES

Neste artigo foram apresentados unicamente bacias hidrográficas interestaduais e o fato das entidades delegatárias possuírem contratos de gestão com diferentes CBHs torna o trabalho mais minucioso. Percebeu-se, diante das informações das entidades pesquisadas, circunstâncias distintas como as atribuições, a estrutura administrativa e a base de custo com o corpo técnico. Essas diferenças refletem as peculiaridades de cada bacia hidrográfica e indicam que uma solução única é pouco provável. Sugere-se incluir, em estudos futuros, parâmetros como números de projetos e outras métricas que mostram produtividade das entidades.

Entretanto, os indicadores pesquisados servirão de base para o estudo sobre as demandas, estrutura mínima e os custos da gestão, elementos importantes para o dimensionamento de agências e de entidades futuras frente à capacidade de arrecadação das bacias e fontes de financiamento disponíveis. Tal dimensionamento é o primeiro passo para a sustentabilidade financeira da gestão dos recursos hídricos no Brasil.

A partir dos indicadores obtidos, serão realizadas inferências sobre o tamanho das equipes e como as estruturas devem variar conforme as demandas e características da área de atuação de comitês. Como continuação do trabalho, será dimensionada uma estrutura de apoio executivo para uma determinada área de estudo.

AGRADECIMENTOS

Programa de Mestrado Profissional em Rede Nacional em Gestão e Regulação dos Recursos Hídricos - Prof^aÁgua, projeto CAPES/ANA AUXPE nº 2717/2015.

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA DAS BACIAS PCJ (2019). *Agência das Bacias PCJ*. Disponível em: <<http://www.agencia.baciaspcj.org.br/novo/>>. Acesso em: 05 abr. 2019.

ANA (Agência Nacional de Águas), Brasil (2014). *Cobrança pelo uso de recursos hídricos*. Brasília, 80 p. il. Capacitação em Gestão de Recursos Hídricos; v.7. ISBN: 978-85-89629-97-3

ANA (Agência Nacional de Águas), Brasil (2019). *Agências de águas*. Disponível em <<http://www3.ana.gov.br/portal/ANA/aguas-no-brasil/sistema-de-gerenciamento-de-recursos-hidricos/agencias-de-agua/agencias-de-agua>>. Acesso em: 17 abr. 2019.

ANA - INTERÁGUAS (2018). *Desenvolvimento de Metodologia para estimar o custo administrativo de entidades delegatárias de funções de Agência de Água*. Disponível em:

<<http://www3.ana.gov.br/porta/ANA/gestao-da-agua/sistema-de-gerenciamento-de-recursos-hidricos/agencias-de-agua/documentos-relacionados-agencias-de-agua>>. Acesso em: 12 fev. 2019.

AGÊNCIA PEIXE VIVO (2019). *Agência de bacia*. Disponível em: <<http://agenciapeixe vivo.org.br/apresentacao/>>. Acesso em: 12 abr.2019.

AGEVAP (2019). *Transparência*. Disponível em: <<http://www.agevap.org.br/transparencia.php>>. Acesso em: 10 abr. 2019.

BRASIL (1997). *Lei nº 9.433, de 08 de janeiro de 1997*. Política Nacional de Recursos Hídricos. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9433.htm>. Acesso em: 02 nov. 2018.

BRASIL (2004). *Lei nº 10.881, de 9 de junho de 2004*. Dispõe sobre os contratos de gestão entre a Agência Nacional de Águas e entidades delegatárias das funções de Agências de Águas relativas à gestão de recursos hídricos de domínio da União e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2004/Lei/L10.881.htm>. Acesso em: 30 mar. 2019.

CBH Doce (2019). *Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Doce*. Disponível em: <<http://www.cbhdoce.org.br/institucional/a-bacia>>. Acesso em: 13 mar. 2019

CBH SÃO FRANCISCO (2016). *Plano CBH São Francisco*. Disponível em: <http://cbsaofrancisco.org.br/wp-content/uploads/2016/08/PRH-SF_Apresentacao_26ago16.pdf>. Acesso em: 05 abr. 2019.

CEIVAP (2019). *Dados Gerais*. Disponível em: <<http://www.ceivap.org.br/dados-gerais.php>>. Acesso em: 12 abr. 2019.

COMITÊS PCJ (2019). *Primeira revisão do Plano de Bacia PCJ 2010 – 2020*. Disponível em: <https://www.comitespcj.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=851:primeira-revisao-pb-relatorio-final-etapa-1&catid=148:plano-das-bacias&Itemid=332>. Acesso em: 02 mar. 2019.

FEKETE B. M.; STAKHIV E. Z. (2014). *Performance Indicators in the Water Resources Management Sector*. A. Bhaduri et al. (eds.), *The Global Water System in the Anthropocene*, Springer Water, DOI: 10.1007/978-3-319-07548-8_2, Chapter 2. Springer International Publishing Switzerland.

FGV – Fundação Getúlio Vargas (2003). *Análise da Sustentabilidade Técnica e Econômica de Agências de Bacia*. In: Estudos de apoio à implantação de agências e de cobrança pelos usos de água aplicados à Bacia do Rio Paraíba do Sul, Rio de Janeiro. Relatório RE CIDS/EBAPE/FGV - 005/18/2002 - Rev1. 63p.

GRANZIERA, M. L. M. (2007). *Estudo de alternativas para o modelo jurídico-institucional da Agência da Bacia Hidrográfica do rio São Francisco*. Disponível em: <<http://arquivos.ana.gov.br/institucional/sag/CobrancaUso/Agencias/Textos/PRODUTO4-AGENCIASF-FINAL.pdf>>. Acesso em: 25 mar. 2019.

IBIO (2019). *Relatório de Gestão do Exercício de 2018*. Disponível em: <<http://www3.ana.gov.br/porta/ANA/aguas-no-brasil/sistema-de-gerenciamento-de-recursos-hidricos/agencias-de-agua/ibio/relatorio-de-gestao>>. Acesso em: 27 abr. 2019.